



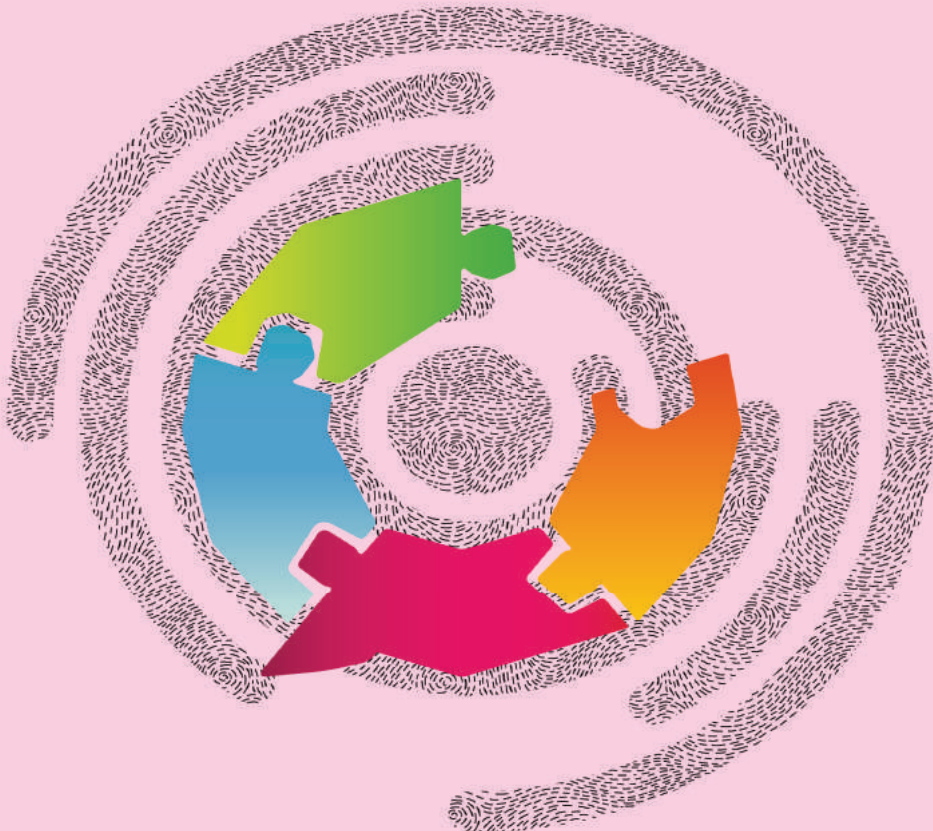
Actas

Proceedings

Colóquio Internacional Epistemologias do Sul:
aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul

International Colloquium Epistemologies of the South:
South-South, South-North and North-South global learnings

Boaventura de Sousa Santos e Teresa Cunha (eds)



Volume 3

Outras economias / Other economies

Junho - June 2015

PROPRIEDADE E EDIÇÃO / PROPERTY AND EDITION

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra
www.ces.uc.pt
Colégio de S. Jerónimo, Apartados 3087
3000-995 Coimbra – Portugal
Tel: +351 239 855573/ + 351 239 855589

ISBN: 978-989-95840-5-1

Capa e projecto gráfico / Cover and graphic design

Cristiana Ralha

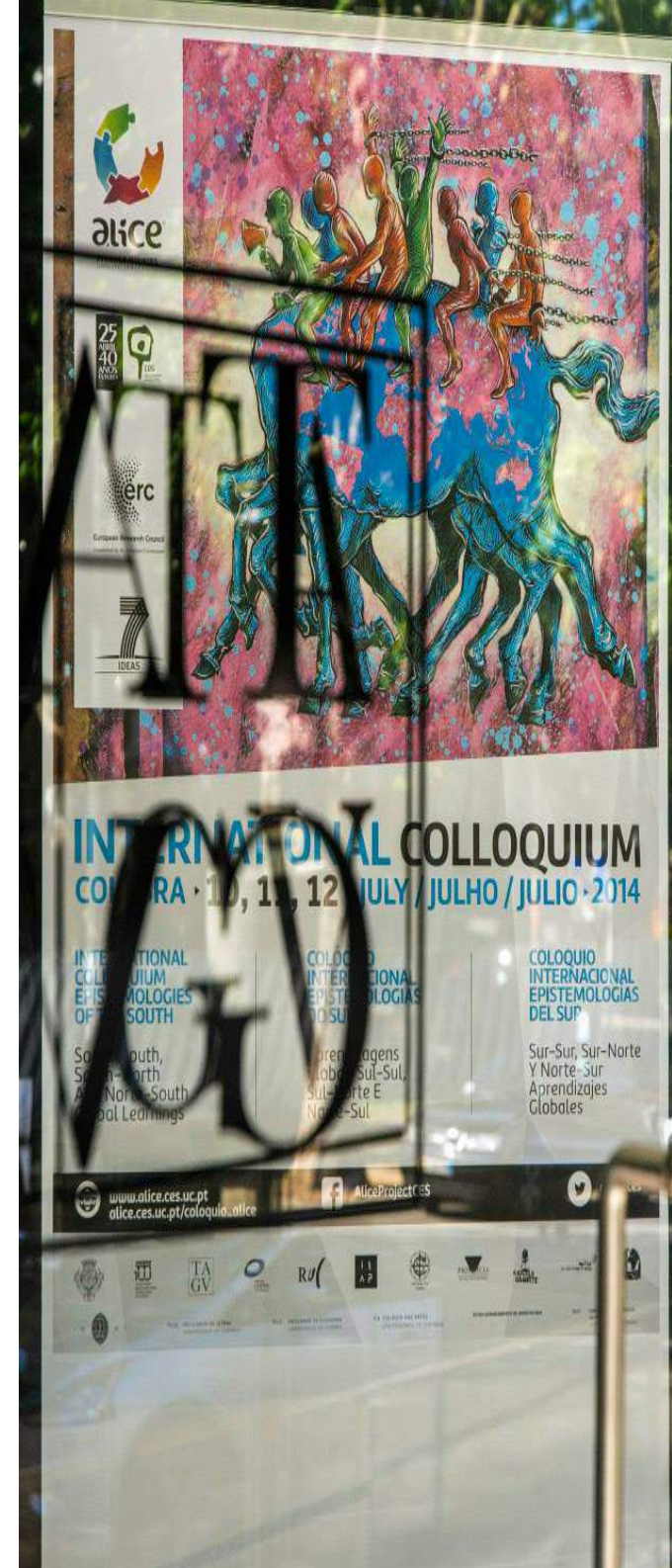
Coimbra, Junho, 2015

COMISSÃO CIENTÍFICA DO COLÓQUIO / SCIENTIFIC COMMITTEE

Boaventura de Sousa Santos
José Manuel Mendes
Maria Paula Meneses
Élida Lauris
Sara Araújo

COMISSÃO ORGANIZADORA DO COLÓQUIO / ORGANISING COMMITTEE

Alice Cruz
Aline Mendonça
André Brito Correia (Coord. do Programa Cultural / Cultural Programme Coord.)
Antoni Aguiló
Bruno Sena Martins
Catarina Gomes
Cristiano Gianolla
Dhruv Pande
Élida Lauris (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Francisco Freitas
José Luis Exeni
Luciane Lucas dos Santos
Mara Bicas
Maurício Hashizume
Raúl Llasag
Rita Kacia Oliveira (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Sara Araújo (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Teresa Cunha



POR VONTADE DO AUTOR E DA AUTORA, ESTE TEXTO NÃO OBSERVA AS REGRAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO



alice



ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra



erc

European Research Council



IDEAS

Foto / Photo
Rodrigo Reis

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

Este livro, em quatro volumes, resulta de um esforço colectivo que envolveu várias instituições e muitas pessoas a quem queremos prestar o nosso profundo agradecimento.



Universidade de Coimbra



Colégio das Artes da Universidade



Departamento de Arquitetura da Faculdade



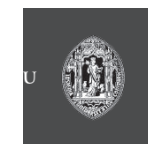
Escola da Noite / Teatro da



Faculdade de Economia da



Faculdade de Letras da



University of Coimbra



College of Arts of the University of



Department of Architecture of the Faculty



Escola da Noite / Teatro da



Faculty of Economics of the



Faculty of Arts and Humanities



Machado de Castro National



NES - Sociology Student Body



RUC - Radio Universidade de

Este livro de Actas foi elaborado no âmbito do projecto de investigação “ALICE – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo”, coordenado por Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal. O projecto é financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação, 7º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

INSTITUTIONAL ACKNOWLEDGMENTS

These Proceedings, in four volumes, would not have been possible without the kind support and help of many individuals and organizations. I would like to extend our sincere thanks to all of them.

This book of proceedings was elaborated as part of research project “ALICE – Strange Mirrors, Unsuspected Lessons: Leading Europe to a new way of sharing the world experiences”, coordinated by Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra – Portugal. The project is financed by the European Research Council (ERC), 7th Framework Programme of the European Union (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

MAPEANDO AS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PORTUGAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS



Pedro Hespanha¹

Luciane Lucas dos Santos²

Beatriz Caitana da Silva³

Eber Quiñonez⁴

Resumo

Embora existam alguns estudos sobre o tema da Economia Solidária (ES), em Portugal, um grande número de iniciativas informais claramente, não são facilmente categorizadas como cooperativas, associações ou sociedades mútuas. Nestes incluem: loteamentos agrícolas urbanos; fornos comunitários e eiras; produtores / associações de consumidores; cooperativas de consumo; clubes de trocas; distribuição na comunidade e vizinhança e sistemas de comercialização e de redes de colaboração, entre outros. A elaboração de um projeto de pesquisa com o objetivo de preencher essa lacuna por meio de um estudo exploratório em iniciativas portuguesas de ES tem sido uma oportunidade para aprofundar um conjunto de questões teóricas e metodológicas. Com este projeto, os autores visam (1) promover e clarificar o conceito de ES; (2) identificar e compreender a singularidade das experiências portuguesas de Economia Solidária, a fim de revelar os seus critérios, e (3) identificar as iniciativas económicas informais da comunidade, as quais permanecem invisíveis, apesar de sua capacidade de promover a sociabilidade. A questão conceitual é debatida levando em consideração os contextos económicos e sociais do sul da Europa e argumentando a favor de uma abordagem inclusiva, ampliando as fronteiras, a fim de reconhecer a diversidade das iniciativas: desde os menos formalizados, com pouca ou nenhuma relação com o mercado e intimamente associada à economia popular aos mais híbridos e flexíveis, que estão emergindo em contextos urbanos sob os princípios da reciprocidade, troca direta e redistribuição. A metodologia proposta pelo mapeamento é suportada pelo uso de uma metodologia mista com base na análise de documentos, entrevistas exploratórias, observatórios de imprensa e estudos de caso.

Palavras – Chave: economia solidária; economia popular; economia social; outras economias; mapeamento.

Abstract

Although there have been few studies into the subject of the solidarity economy (SE) in Portugal, a great many informal initiatives clearly exist, which are not easily categorisable as cooperatives, associations or mutuals. These include: urban agricultural allotments; community ovens and threshing floors; producer/consumer associations; consumer cooperatives; exchange clubs; community and neighbourhood distribution and commercialization systems, and collaborative networks, amongst others. The elaboration of a research project aiming to fill this gap by means of an exploratory study into Portuguese SE initiatives has been an opportunity to deepen a set of theoretical and methodological issues. With this project the authors aim (1) to promote greater clarity about the concept of SE; (2) to capture the uniqueness of the Portuguese solidarity economy experiences, in order to reveal the criteria behind them, and (3) to identify those community economic initiatives that being informal, remain invisible despite their ability to promote sociability. The conceptual issue is debated in the paper taking into consideration the south European economic and social contexts and arguing for an inclusive approach by enlarging the definitional borders in order to recognize the diversity of the initiatives: from the less formalized ones, with little or no relationship with the market and closely associated to popular economy to those more hybrid and flexible which are emerging in urban contexts under the principles of reciprocity, direct exchange and redistribution. For the methodological issue the paper supports the use of a mixed methodology based on document analysis, exploratory interviews, press observatories, and case studies.

Keywords: solidarity economy; popular economy; social economy; other economies; mapping.

Resumen

Aunque ya se han realizado algunos estudios sobre el tema de Economía Solidaria (ES), en Portugal, grande número de iniciativas informales claramente, no son categorizadas fácilmente como cooperativas, asociaciones o sociedades mutualistas. En estas se incluyen: lotificaciones agrícolas urbanas; hornos comunitarios y eras de trilla; productores y/o asociaciones de consumidores; cooperativas de consumo; clubes de troca; distribución en la comunidad y el vecindario; sistemas de comercialización y de redes de colaboración; entre otros. La elaboración de un proyecto de investigación con el objetivo de llenar esa laguna por medio de un estudio exploratorio en iniciativas Portuguesas de ES ha sido una oportunidad para profundizar un conjunto de cuestiones teóricas y metodológicas. Con este proyecto, los autores podrán (1) promover y clarificar el concepto de ES; (2) identificar y comprender la singularidad de las experiencias portuguesas de Economía Solidaria, a fin de revelar sus criterios; e (3) identificar las iniciativas económicas informales de la comunidad, las cuales permanecen invisibles a pesar de su capacidad de promover sociabilidad. La pregunta conceptual es discutida llevando en consideración los contextos económicos y sociales del sur de Europa y argumentando a favor de un abordaje inclusivo, ampliando las fronteras, a fin de reconocer la diversidad de las iniciativas: desde los menos formalizados, con poca o ninguna relación con el mercado e íntimamente asociada a la economía popular a los más híbridos y flexibles, que están emergiendo en contextos urbanos bajo los principios de reciprocidad, troca directa y redistribución. La metodología propuesta para el mapeo es soportada por el uso de una metodología mixta con base en el análisis de documentos, entrevistas exploratorias, observatorios de prensa y estudios de caso.

Palabras- Clave: economía solidaria; economía popular; economía social; otras economías; mapeo.

1 Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e membro fundador do Centro de Estudos Sociais (CES). Tem investigado e publicado nas áreas dos estudos rurais, Economia Solidária, políticas sociais, pobreza e exclusão social. Coordena o Grupo de Estudos sobre Economia Solidária ECOSOL/CES.

2 Investigadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Integra o Núcleo Democracia, Cidadania e Direito (DE-CiDe), bem como a equipa de investigação do Projeto Alice - Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas. Desde 2008, é membro do grupo ECOSOL/CES.

3 Doutoranda em Sociologia e mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; especialista em Movimentos Sociais e Democracia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Desde 2011 é membro do Grupo ECOSOL/CES.

4 Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, graduado em Psicologia pela Universidade de San Carlos da Guatemala, e membro do Grupo ECOSOL/CES.

1. INTRODUÇÃO

A Economia Solidária consolida-se, hoje, em muitos países, sobretudo na América Latina, como um campo operativo de transformação social e de ação política dos cidadãos. Neste contexto, tem-se fortalecido, em várias partes do mundo, experiências marcadas pela simultaneidade do trabalho associado, da propriedade coletiva dos bens de produção, da autogestão e da solidariedade.

No contexto português, entretanto, a Economia Solidária é uma designação recente e ainda pouco usada. Numa acepção muito genérica, pode-se dizer que ela constitui o conjunto dos arranjos económicos colectivos de produção, consumo, comercialização e crédito, em meio rural ou urbano, incluindo as iniciativas de reprodução social geridos pelos próprios cidadãos - a exemplo de alguns serviços de proximidade -, que estejam pautados pela autogestão, pela solidariedade e pela cooperação (em detrimento do princípio da competição e acumulação). A solidariedade, neste caso, não deve ser compreendida como caridade, mas como redistribuição equitativa de bens e oportunidades.

A riqueza de experiências populares e camponesas, “pouco ligadas ao mercado [e] movidas por uma racionalidade económica não lucrativa” (Hespanha, 2010), parece oferecer pistas acerca de uma Economia Solidária em potencial desenvolvimento. Ao mesmo tempo, é digno de nota que o imaginário urbano e de crescimento, hoje dominante no cenário português, no contexto de sua adesão à União Europeia, termina por invisibilizar a coexistência social destas outras racionalidades. Esta invisibilidade de experiências só tem confirmado a necessidade de estudos exploratórios que retirem do anonimato as formas supra-individuais, vicinais e comunitárias de produção, consumo, comercialização e crédito, tão frequentes em Portugal. Uma infinidade de experiências, aliás, vem comprovando que “a desagregação das relações sociais baseadas na reciprocidade e na entreatajuda solidária nunca foi completa” (Hespanha, 2010), de modo que as ações coletivas de carácter popular perduram no tempo e apesar do fomento permanente de um imaginário de crescimento. Embora não necessariamente preencham todos os requisitos que o modelo latino-americano de Economia Solidária preconiza – baseado na propriedade coletiva, no trabalho associado, na autogestão e na solidariedade (Quijano, 1998; Coraggio, 2010) -, estas formas resistentes de organização económica demonstram que uma economia subterrânea persiste na contramão do capitalismo global que se espalha pelos territórios (Santos, 2002, 2011).

Neste sentido, o recenseamento das experiências de Economia Solidária em Portugal constitui uma peça oportuna para a desconstrução de uma epistemologia económica dominante, apontando para iniciativas e experiências que propõem outros modos de organização económica. Sabemos que esse recenseamento levanta particulares problemas conceituais e metodológicos e tem sido objeto de vasta discussão, designadamente relativa à operacionalização dos conceitos, à definição das variáveis primárias e derivadas, à construção

de tipologias e à associação destes conceitos à realidade empírica. Estando uma grande proporção de empreendimentos na informalidade, como é o caso português, e respeitando as pessoas que não têm os recursos para se registarem regularmente, sob a forma cooperativa ou associativa, a necessidade de ter em conta precisamente essas modalidades menos visíveis tornou-se ao mesmo tempo um desafio e um imperativo para os recenseamentos. Do mesmo modo, a preocupação ética em não servir de base aos interesses estatais de controle, intervenção e restrição das experiências informais de organização económica mantém-nos vigilantes relativamente aos cuidados para que esta ferramenta não seja distorcida na sua aplicação social.

Respeitadas as particularidades dos contextos a que um levantamento exploratório ou mapeamento deve estar atento, a comparabilidade dos dados com outras realidades revela-se objetivo de indiscutível relevância, não só pelas pontes epistemológicas a que pode dar origem, mas, também, pelas articulações políticas que pode fomentar, nos termos daquilo a que Santos (2013) tem vindo a chamar de solidariedade internacional. Tendo em conta também a necessidade cada vez maior de entendermos a fisionomia que a Economia Solidária assume em várias partes do mundo, esta comparabilidade dos dados configura uma tendência inevitável e bastante oportuna, que vemos consolidar-se desde 2009, quando o IV Encontro Internacional de Economia Solidária (Lux'09), promovido pela RIPESS (Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária), decidiu mapear as redes de economia social e de solidariedade a nível global através de uma metodologia participativa. A partir de então, muitos países iniciaram ou alargaram os seus programas nacionais ou regionais (Singer, 2009).

Apesar dos desafios e mesmo das impossibilidades de comparação imediata pela diversidade dos contextos socioculturais e políticos, o exercício de diálogo entre as experiências impõe-se como uma necessidade imperativa. A tradução intercultural (Santos, 2010) permite que pontes solidárias se estabeleçam entre as iniciativas dos diferentes países, consolidando redes colaborativas e de aprendizagem mútua. Nestes termos, entendemos que um recenseamento das iniciativas de Economia Solidária em Portugal contribuiria para estabelecer o ponto de partida mediante o qual Portugal poderia integrar-se melhor neste diálogo global, com vistas à constituição de uma epistemologia alternativa para a economia.

Partindo desta premissa, este paper analisa o recente esforço empreendido pelo Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (ECOSOL/CES) de organizar um levantamento exploratório das iniciativas de Economia Solidária em Portugal. Considerando os percalços encontrados pelo grupo para realizar este levantamento exploratório, o paper discute a importância de um mapeamento nacional e a necessária e urgente delimitação da Economia Solidária frente a outras terminologias que ganham destaque no contexto português. Também problematiza os empecilhos encontrados no âmbito do financiamento - sobretudo diante da disseminação progressiva, no contexto da crise europeia, de um imaginário e um discurso calcados na figura do empreendedor

individual formalmente reconhecido, em contraposição às experiências coletivas e informais, próprias da Economia Solidária. Debatendo a condição desigual de financiamento, que prioriza e revela maior afinidade com um projeto político de empreendedorismo social - afinado com uma estrutura perversa de Estado Mínimo e responsabilização individual em tempos de encolhimento da proteção social - partilhamos, por fim, algumas lições extraídas da experiência do grupo ao projeto de mapeamento parcial acima mencionado.

2. MAPEAMENTO NA EUROPA E NO MUNDO: BREVE ESBOÇO DE UM PERCURSO

Nas últimas décadas, verifica-se a disseminação, em vários países, da Economia Solidária nas políticas públicas, nos movimentos sociais e na consolidação de iniciativas locais/regionais. Em França, por exemplo, a Economia Solidária está incorporada no Ministère de l'Économie et des Finances – Economie Sociale et Solidaire. No âmbito da sociedade civil, o Movimento pela Economia Solidária (Mouvement pour l'Économie Solidaire) realizou um mapeamento das iniciativas sistematizadas na Base de dados de iniciativas de Economia Solidária - BDIS (base de données des initiatives économiques et solidaires) -, tendo por método o uso de ferramentas por georeferenciamento. Como resultado, o BDIS identificou cerca de 1200 iniciativas de Economia Solidária no país.

Na Espanha, existe a rede REAS – Red de Redes de Economía Alternativa y Solidaria -, uma rede nacional cujo foco é potenciar, apoiar e coordenar as iniciativas associativas nos territórios. Todas elas assumem o compromisso com os princípios da Carta Solidária⁵ da Rede.

No caso da América Latina, confrontada com uma realidade socioeconómica de acentuada exclusão, a Economia Solidária ganhou forte expressão enquanto prática pela inclusão económica. No Brasil, 1980 marcou o início das práticas de ES no âmbito dos projetos alternativos comunitários (Singer, 2002; Nunes, 2009). Desde então, foram inúmeros os avanços neste campo, dentre os quais destacamos a organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), constituído por representantes das diversas iniciativas. O FBES desempenha um papel fulcral no avanço da Economia Solidária no país ao organizar fóruns, plenárias e articulações políticas. Toda esta dinâmica resultou, em 2003, na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho, e na consolidação da Economia Solidária enquanto política pública. A SENAES, ao longo destes anos, priorizou a formação de agentes locais e as iniciativas nos territórios, a veiculação de campanhas nacionais, o fomento às ações de apoio e assessoria pelas universidades, e por fim, a realização de dois mapeamentos nacionais, que identificaram 21.859 iniciativas de Economia Solidária (Gaiger, 2007; Coraggio, 2010)⁶.

No Peru, o Grupo Red de Economía Solidaria del Peru (GRESP⁷) é uma associação civil

5 Disponível em: http://www.economiasolidaria.org/red_redes

6 Esta base de dados está disponível para consulta pública no Sistema de Informações em Economia Solidária [<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>]

7 Mais informações disponíveis em: <http://www.gresp.org.pe/home.php>

composta por grêmios sociais, ONGs e entidades de cooperação internacional engajadas em promover práticas de economia associativa e relações de solidariedade na economia. Estas experiências de expressão nacional surgem comprometidas seja com o reconhecimento das próprias iniciativas, seja com a promoção das políticas públicas e o reforço dos movimentos sociais de Economia Solidária nos países.

De um modo geral, o recenseamento das iniciativas de Economia Solidária tem se revelado decisivo para o conhecimento da amplitude e da diversidade de formas que a Economia Solidária assume em diferentes países. Deu suporte à constituição de políticas públicas, pelo reconhecimento e apoio à Economia Solidária nas suas diferentes formas. É o caso do mapeamento realizado pela SENAES no Brasil e da Base de Dados das Iniciativas Económicas e Solidárias (BDIS), do Movimento para a Economia Solidária (MES) em França, entre outros. Realizado no âmbito do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, o mapeamento brasileiro realizou-se em duas etapas, a primeira delas envolvendo o levantamento de empreendimentos económicos solidários e entidades de apoio, assessoria e fomento e a segunda, a visita aos empreendimentos para confirmação e aprofundamento das informações até então obtidas. A base de dados francesa, por seu turno, em permanente atualização, tem servido para clarificar uma nomenclatura de situações e uma metodologia de procedimentos mais adequadas às sociedades europeias. De diferentes formas, a prática do recenseamento tem contribuído para reduzir a confusão de terminologias e para ampliar o reconhecimento das iniciativas de articulação comunitária.

3. MAPEAMENTO EM PORTUGAL: A NECESSIDADE DE VISIBILIZAR INICIATIVAS E DE DEMARCAR OS LIMITES ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA, ECONOMIA SOCIAL E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

A inexistência de um mapeamento em Portugal ou mesmo de um levantamento preliminar acerca das múltiplas iniciativas colectivas de produção, consumo, comercialização e troca que ocorrem nas diferentes regiões do território português tem contribuído, entre outras coisas, para confundir (e esbater) permanentemente, os limites que separam a Economia Solidária de outras realidades que a ela são, vez por outra, associadas. Esta confusão usual tem um efeito perverso: contribui para manter em situação de invisibilidade e desvalorização aquelas experiências que, sendo comunitárias e informais - muitas delas com fortes raízes no passado, a exemplo da entreaajuda camponesa ou do mutualismo operário -, escapam a um imaginário de crescimento económico e controle social do Estado. Neste sentido, são socialmente produzidas como ausência, ou seja, como “não-existente, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemónica do mundo” (Santos, 2007:29).

A realidade portuguesa, por outro lado, confirma o oposto. Testemunhamos a sobrevivência parcial de algumas das iniciativas comunitárias que permitiram que a vida material se

organizasse nas aldeias - dos baldios aos equipamentos comunitários (tais como eiras, fornos e lavadouros); dos modelos informais de associação, como as antigas mútuas de gado e regadios colectivos, à entreajuda comunitária na produção (colheitas, debulhas e atividades de pastoreio). Se é verdade que estas expressões da vida em comunidade já não se mantêm como antes, perdendo parte do seu vigor, é igualmente digno de nota que estes colectivos não perderam a sua capacidade de articulação segundo princípios próprios de organização económica para fazer face às dificuldades. Juntamente com os antigos formatos comunitários, surgem experiências de articulação mais recentes, seja a partir da consciência crítica dos cidadãos (sobretudo em relação ao consumo, dando origem a colectivos que o discutem e redimensionam a partir de práticas comunitárias de troca), seja por conta da dificuldade económica vivida pelas camadas médias urbanas.

Considerando esta pluralidade de iniciativas de pouca ou nenhuma visibilidade frente ao discurso omnipresente do empreendedorismo - focado no indivíduo e na lógica produtivista da gestão eficiente do tempo e dos recursos, sem atenção às diferentes temporalidades das pessoas e das comunidades, o Grupo de Estudos sobre Economia Solidária - ECOSOL/CES - resolveu iniciar um levantamento preliminar das iniciativas solidárias em três regiões. A escolha das regiões Norte, Alentejo e Centro, apesar da multiplicidade de experiências em outras regiões, como o Algarve ou Lisboa, deveu-se à presença no terreno de associações parceiras muito qualificadas, facilitando o início de um futuro mapeamento nacional.

O mapeamento pretendido deveria responder a três desafios. O primeiro seria o de constituir uma base de dados inicial sobre as experiências solidárias em Portugal, buscando identificar iniciativas de trabalho associado (mas também de consumo, comercialização e crédito), baseadas na autogestão, bem como experiências comunitárias que, por não serem institucionalizadas, são dificilmente reconhecidas no seu potencial de desenvolvimento da economia local. O segundo objectivo seria o de organizar um sistema de informação sobre empreendimentos solidários, com relevância tanto para estudos académicos na área da Economia Solidária quanto para os próprios empreendimentos e as instituições que os apoiam. Um terceiro e último objectivo referia-se à perspectiva de fortalecer e ampliar a rede de Economia Solidária em Portugal, estimulando maior troca de informações e articulação a partir de uma estrutura cooperativa de partilha das experiências solidárias.

Após muitas reflexões e debates internos acerca das dimensões norteadoras deste levantamento exploratório, tendo em conta as particularidades do contexto português frente às experiências da América Latina, o grupo Ecosol/CES estabeleceu os seguintes critérios para identificar as iniciativas de Economia Solidária:

- (a) consistirem sempre em práticas económicas de base coletiva (seja na produção, no consumo, no crédito, na distribuição, na comercialização e/ou na reprodução social);

- (b) envolverem decisão partilhada e democrática, configurando a presença da autogestão ou cogestão;
- (c) poderem consistir, também, em práticas comunitárias, que se revelem como elementos norteadores da entreaajuda e do fazer colectivo;
- (d) implicarem uma forma específica de distribuição dos resultados, qual seja a de distribuição equitativa destes mesmos resultados;
- (e) estarem baseadas numa perspetiva bastante específica de solidariedade, vista como distribuição equitativa de bens e oportunidades;
- (f) estarem comprometidas, à partida, com as perspetivas de autonomia económica e simbólica dos sujeitos nelas envolvidos.
- (g) primarem pela reciprocidade e equilíbrio entre as partes na relação que estabelecem entre si.

DO PREDOMÍNIO DA LÓGICA EMPREENDEDORA AO ESAZIAMENTO DO SENTIDO POLÍTICO DAS INICIATIVAS COLETIVAS: LIÇÕES APRENDIDAS

Apresentado o percurso de organização para o mapeamento de Economia Solidária em Portugal, cabe salientar os desafios encontrados até então para a sua realização. Esses desafios têm a ver sobretudo com o desconhecimento que as instituições de financiamento da pesquisa têm sobre as formas de economia baseadas na gestão solidária e com a consequente desvalorização destas relativamente às formas mais conhecidas de Empreendedorismo Social e de Economia Social.

Reconhecendo que o projeto era de alta qualidade e de relevância social, a instituição financiadora condicionou a sua aprovação à sua integração em um outro projeto já apoiado por ela, na área do empreendedorismo social, e em curso de execução. Para tal deveríamos não só compatibilizar os projetos como usar os dados já recolhidos por este outro projeto. Em síntese, o problema subjacente a esta questão reside numa identificação grosseira das práticas de empreendedorismo social com aquelas correspondentes a Economia Solidária e numa insensibilidade à necessidade de delimitar as fronteiras entre um e outro conceito.

O empreendedorismo social (Dees, 2001; Defourny & Nyssens, 2010) combina uma missão social com um modelo organizativo eficiente, eficaz e efetivo (Dees, 2001). Tem na sua origem o conceito de empreendedor, associado tradicionalmente ao início de um negócio, atividade ou projeto (Dees, 2001) ou, ainda, um modo/modelo de gestão. Constitui-se

como uma linguagem de renovação do setor social, pois a ancoragem deste nas teorias do empreendedorismo propriamente dito alargou seu campo de incidência, permitindo a entrada de organizações lucrativas com fins sociais. O conceito, por vezes, também pode gerar confusão ao designar tanto a entrada da perspectiva do lucro nas organizações sociais, quanto a entrada do social em entidades lucrativas, como é o caso das iniciativas de responsabilidade social, que resultam de uma forte ligação entre demandas sociais não atendidas pelo Estado e necessidade, por parte do setor empresarial, de obter a chamada “licença para operar”. Estas iniciativas concorrem, portanto, para debilitar a já frágil oposição ao mercado e ao capital.

O empreendedorismo prioriza, também, uma forma de difusão com base na institucionalização, enquanto a Economia Solidária quase sempre nasce em contextos de organização muito informais. Mais ainda, a Economia Solidária ancora-se na relação entre decisão partilhada, reciprocidade e solidariedade, elementos que não são necessários ou mesmo sugeridos no âmbito do empreendedorismo social. Se é verdade que o empreendedorismo social pode, por vezes, centrar-se no bem comum a partir da ação individual, também é oportuno lembrar aquilo que Dees (2001) enfatiza sobre o empreendedorismo: na condição de atitude mental ou tipo de comportamento, o empreendedorismo, antes de mais, situa-se no campo individual. Logo, tem pouco compromisso com uma articulação coletiva para fazer face à recorrente exclusão socioeconómica de grupos minoritários. Outro traço atribuído ao empreendedorismo social é o de o comportamento individual poder ser algo diferente, inovador e excepcional, e portanto, o de nem todas as pessoas possuírem as características necessárias para serem empreendedoras (André e Abreu, 2006; Murray *et al.*, 2010; Moulaert *et al.*, 2013). Em contraste, a Economia Solidária distingue-se por pretender a emancipação social e económica de todas as pessoas envolvidas. Neste sentido, é importante demarcar a dimensão política da Economia Solidária, comprometida com a construção de alternativas para a autonomia dos indivíduos.

Este projeto sociopolítico da Economia Solidária fundamenta-se em lógicas distintas daquelas seguidas pelo empreendedorismo, sobretudo na relação com o mercado (Laville, 2011a e 2011b). Propõe não uma adaptação do modelo capitalista tradicional - como é o caso do empreendedorismo social - mas um ‘outro modelo de economia’ baseado em princípios distintos dos do mercado auto-regulado (Polanyi, 1957). A ES distingue-se de todas as designações anteriormente mencionadas (empreendedorismo social, inovação social, terceiro setor, economia social) por constituir-se em torno de uma crítica por vezes incisiva ao sistema económico dominante, apontando outros caminhos.

Estas diferenças aparecem claramente nos dois projetos apresentados à entidade financiadora, evidenciando a impossibilidade de complementação mútua, seja em termos metodológicos, seja em termos de complementação de bases de dados para um mapeamento nacional. As perspectivas de análise do Empreendedorismo Social e da Economia Solidária são diferentes

e visam a objetivos diferentes também. Considerando o Empreendedorismo Social um modo de intervenção através do qual uma organização visa solucionar problemas sentidos por grupos sociais desfavorecidos, torna-se natural que a sustentabilidade e a inovação das iniciativas sejam critérios de avaliação das experiências bem-sucedidas. Por outro lado, sendo a Economia Solidária um modo de os próprios grupos sociais solucionarem coletiva e autonomamente os seus problemas, a cooperação autónoma e a gestão democrática das iniciativas tornam-se, para nós, os aspetos mais relevantes a identificar, em contraposição ao que buscava o outro estudo já financiado e com o qual era esperado que dialogássemos. Mais do que avaliar se as iniciativas são “mais produtivas”, “inovadoras” ou “tecnicamente mais avançadas”, tratava-se de identificar e reconhecer os saberes dos sujeitos que permitem construir autonomamente as soluções económicas coletivas para os problemas que o mercado não resolve, as quais designamos como solidárias (Dubeux, 2013).

Algumas questões colocaram-se já à partida, desde o momento em que nos foi solicitado reunir esforços. A insistência da entidade financiadora em ignorar as diferenças de critérios e categorias de análise dos diferentes projetos aponta para a urgência de se pensar as implicações epistemológicas desta confusão de contornos entre a Economia Solidária e outras iniciativas, sem com isto pretendermos estabelecer uma hierarquia de valor entre estas diferentes nomenclaturas. Em nenhum momento pareceu preocupar à entidade financiadora o facto de que as diferentes categorias de análise pudessem comprometer e enviesar os resultados de pesquisa de ambos os projetos. A junção de pressupostos teóricos diferentes em estranhas combinações metodológicas teriam consequências práticas.

O levantamento exploratório do ECOSOL/CES sempre esteve acompanhado de uma proposta de formação também das entidades parceiras, revelando que o mapeamento, sozinho, tem valor académico, mas não constrói mudanças no terreno. Neste sentido, a proposta do ECOSOL era a de criar outros olhares para as entidades parceiras - as que estão no terreno junto às iniciativas de Economia Solidária -, de modo a estimulá-las a: (1) promover mudanças na forma e nos critérios a partir dos quais fazem a intervenção no terreno e (2) produzir implicações concretas na vida das comunidades e dos sujeitos que nelas vivem, seja tornando visível aquilo que, em geral, costuma ser desprezado (porque é informal ou porque não atende a métricas internacionais de produtividade), seja promovendo o intercâmbio de experiências entre as iniciativas.

A decisão de não aderirmos à proposta de complementação mútua entre os projetos resultou na eliminação do apoio financeiro à nossa proposta. Não sendo a recusa em si o foco deste paper, mas sim, a análise das implicações epistemológicas da confusão de terminologias e das consequências de uma mistura das categorias de análise, concluiremos apontando dois aspetos de fundo a ter em conta: 1) a insistência das entidades de financiamento em um modelo específico de resposta à crise, revela-se, na prática, de pouca utilidade e abrangência para os que estão sendo permanentemente excluídos em termos sociais e económicos; 2) a aposta em critérios de avaliação das iniciativas económicas a partir de uma linguagem

produtivista de mercado, remete a práticas não menos violentas de adequação social, já que pressupõem mudanças nas temporalidades, na forma de circulação dos saberes e nas expectativas das comunidades que pretendem atingir.

Parece persistir ainda um imaginário de homogeneização do “económico” que dificulta o reconhecimento da sua heterogeneidade. A aposta cada vez mais frequente no empreendedorismo social, de que a preferência de financiamento é um sintoma, independentemente do seu valor como proposta, parece apontar para um subtexto, qual seja o de constituir suporte para a progressiva redução do Estado Social português frente à responsabilização individual do sujeito pelo seu futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

André, Isabel; Abreu, Alexandre (2006), “Dimensões e espaços da inovação social”. *Finisterra*, XLI (81): 121-141.

Coraggio, Jose Luis; Arancibia, Maria Inés, Deux, Maria Victoria (2010), *Guía para el Mapeo y Relevamiento de la Economía Popular Solidaria en Latinoamérica y Caribe*. GRESP, Lima: Ediciones Nova Print S.A.C.

Dees, J. Gregory (2001), O significado do “Empreendedorismo Social” (trad. Victor Ferreira), in Center for the Advancement of Social Entrepreneurship. Disponível em: <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees>

Defourny, Jacques; Nyssens, Martha (2010), “Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe”. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1): 32-53.

Dubeux, Ana (2013), “Technological incubators of solidarity economy initiatives: a methodology for promoting social innovation in Brazil”, in F. Moulaert, D. MacCallum, A. Mehmood, A. Hamdouch (orgs.), *The International handbook on social innovation*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.

Gaiger, Luiz Inácio (2007), A outra racionalidade da Economia Solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79: 57-77.

Hespanha, Pedro (2009), Da expansão dos mercado à metamorfoses das economias populares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84: 49 – 63.

Hespanha, Pedro (2010), “Microempreendedorismo popular e Economia Solidária. O sentido de uma mudança”. *Otra Economía. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, IV(7): 111-130.

Laville, Jean-Louis (2011a) (coord.), *L'Économie Solidaire*. Collection Les Essentiels d’Hermes. Paris: CNRS Éditions.

Laville, Jean-Louis (2011b), *Agir à gauche: L'Économie Sociale et solidaire*. Paris: Desclée de Brouwer.

Moulaert, Frank; MacCallum, Diana.; Hillier, Jean. (2013), "Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice", in *The international handbook on social innovation*. Northampton: Edward Elgar Publishing, pp. 13-24.

Murray, Robin; Caulier-Grice, Julie; Mulgan, Geoff (2010), *The open book of social innovation*. Young Foundation.

Nunes, Débora (2009), *Incubação de empreendimentos de economia solidária - Uma aplicação da pedagogia da participação*. São Paulo: Annablume.

Polanyi, Karl (1957), *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press.

Quijano, Aníbal (1998), *La economía popular y sus caminos en América Latina*. Lima: Mosca Azul Editores.

Santos, Boaventura S. (org.) (2002), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*. La Paz: Plural Editores.

Santos, Boaventura de Sousa (2011), *Sete desafios perante sete ameaças. Aula inaugural da Cátedra Boaventura de Sousa Santos*. Coimbra: CES.

Santos, Boaventura de Sousa (2013), *As lutas do mundo. Carta Maior*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/As-lutas-do-mundo/29240>

Singer, Paul (2002), "Uma utopia militante, Repensando o socialismo", in: Boaventura de Sousa Santos (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 81-129.

Singer, Paul (2009), Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. In IPEA, *Mercado de Trabalho*, 39: 43-48.